



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RELATÓRIO FINAL

15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

“Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia - Amanhã vai ser Outro Dia”

COMISSÃO ORGANIZADORA
Nomeada pela Portaria nº 028/2023

PRESIDENTE
Helder Luiz Lazarotto

COORDENADOR GERAL
Marilda França Gimenes Zanoni

COORDENADORES ADJUNTOS
Diogo do Araguaia Vasconcelos
Doralice Maria dos Santos

COORDENADORES AUXILIARES
Beatriz Terezinha Ramos Albuquerque, Maria Aparecida Anselmo
Melri Lucia Fontoura Leal, Vani Gomes Rodrigues da Silva

SECRETÁRIO DA CONFERÊNCIA
Sydnei Jesus Godinho

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Simone Belmiro Chaves

RELATOR GERAL
Marcos Magaldi Johansen

RELATOR ADJUNTO
Josney Marques de Oliveira
Renato Lunardon Junior

TESOUREIRO
Claudia Arcie
Cristian Michael Busato

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	METODOLOGIA.....	5
3	RESULTADOS.....	8
3.1	DIRETRIZES PROPOSTAS NAS OFICINAS DISCUTIDAS E APROVADAS NA PLENÁRIA GERAL.....	8
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	12
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
6	REFERÊNCIAS.....	20
	ANEXO I – CONSELHO ELEITO NA 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLOMBO PARA O PERÍODO 2024-2027	21
	ANEXO II – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE SAÚDE PRÉ 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE	22
	ANEXO III – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....	27

1. INTRODUÇÃO

Considerando a participação da comunidade na saúde como um direito de cidadania, o primeiro marco legal a ser considerado é a Constituição Federal, onde se lê em seu Artigo 1º Parágrafo Único que: *“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”* (BRASIL, 1988).

Dispondo sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, a Lei nº 8.142/1990 prevê a organização de Conselhos e a cada quatro anos a realização das Conferências de Saúde, ambos de caráter deliberativo e permanente.

Possibilitando a vivência de um processo democrático participativo na perspectiva do planejamento ascendente, a Conferência de Saúde em nível municipal consiste em um evento de vital importância para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, visto que reúne segmentos representativos da sociedade para debater a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação das políticas de saúde, orientando as diretrizes do Plano Plurianual e do Plano Municipal de Saúde a partir das necessidades de saúde.

Diante de tais premissas, no dia 24 de Março de 2023 fora realizada a 15ª Conferência Municipal de Saúde de Colombo/PR, no pavilhão de eventos do Parque Municipal da Uva, sito no imóvel de número 8771 da rua Marechal Floriano Peixoto, bairro Centro, mediante Decreto nº 007/2023 e organizada pela Comissão nomeada através da Portaria nº 028/2023.

O presente Relatório visa retratar os anseios dos representantes dos diversos segmentos que participam cotidianamente da construção do SUS em Colombo, demonstrando o interesse na realização de avanços permanentes para o sistema de saúde local.

2. METODOLOGIA

O processo de trabalho da 15ª Conferência Municipal de Saúde transcorreu conforme as etapas abaixo descritas:

Horário	Atividade
08:00	Credenciamento
08:30	Inscrições Observadores
09:00	Abertura da Conferência
09:15	Mesa de Abertura Presença de Autoridades e Convidados
09:30	Momento Cultural
09:45	Composição da Mesa Diretora Leitura e aprovação do Regimento da Conferência
10:00	Conferência de Abertura “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia - Amanhã vai ser Outro Dia”
12:00	Intervalo
13:30	Oficinas Eixo I – O Brasil que temos. O Brasil que queremos. Eixo II – O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas. Eixo III – Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia. Eixo IV – Amanhã vai ser outro dia para todas as pessoas.
14:30	Plenária Apresentação dos relatórios das oficinas Discussão, votação e aprovação das propostas
15:30	Eleição Novo CMS Gestão 2023-2027
16:30	Encerramento

Após a abertura da Conferência e da palavra das Autoridades, o período da manhã fora destinado à ministração de palestra sobre o tema central da Conferência, sendo o período da tarde destinado para a realização de Oficinas relacionadas a discussão dos Eixos temáticos da Conferência, seguida da Plenária para apreciação e aprovação das propostas elaboradas.

Para tanto, todos os presentes foram organizados em 04 grandes grupos de oficinas, essas relacionadas a 04 eixos:

Eixo I – O Brasil que temos. O Brasil que queremos.

Eixo II – O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas.

Eixo III – Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia.

Eixo IV – Amanhã vai ser outro dia para todas as pessoas.

Fora definido um coordenador, um auxiliar e um relator para cada Oficina, tendo o modelo de trabalho adotado para as Oficinas embasado na metodologia dialógica proposta na Política Nacional de Humanização, a qual propõe *“um novo tipo de interação entre os sujeitos que constituem os sistemas de saúde e deles usufruem, acolhendo tais atores e fomentando seu protagonismo”* (BRASIL, 2004).

A abordagem se deu por exposição inicial do tema e sensibilização dos participantes sobre os objetivos da ação. Precedendo a 15ª Conferência Municipal de Saúde, entre o período dos dias 09 a 23 de março de 2023, fora disponibilizado aos municípios Colombenses um Questionário contendo 23 questões de promoção das respostas exclusivamente de maneira “on line”, sendo destas 09 questões concernentes a Caracterização do Respondente, 07 questões condizentes a Situação do Acesso aos Serviços de Saúde no município e 07 questões referentes Contextualização da Participação Social.

Visando o diagnóstico local da situação de saúde da população, da identificação de potencialidades e pontos críticos dos serviços de saúde, as respostas obtidas mediante a promoção do questionário foram apresentadas e discutidas durante as Oficinas, de maneira a garantir a ampla participação social na elaboração das propostas de aperfeiçoamento das políticas de saúde de Competência Municipal, Estadual e Nacional.

Na sequência o coordenador propôs aos participantes que debatessem a respeito das propostas, dando-se a oportunidade para que todos expusessem seus apontamentos. Após o registro das proposições, os participantes definiram as propostas e, com auxílio do relator, elaboraram a redação daquelas que seriam encaminhadas para votação pela Plenária Geral.

As propostas consolidadas na Conferência após discussão, votação e deliberação pela Plenária Geral foram categorizadas tendo como base os seguintes critérios:

- a) Propostas a serem encaminhadas à Esfera Municipal.
- b) Propostas a serem encaminhadas à Esfera Estadual.
- c) Propostas a serem encaminhadas à Esfera Federal.

Sequencialmente, fora procedido a eleição da nova composição do Conselho Municipal de Saúde para o período de Gestão 2023-2027, se encontrando descrito na seção anexo deste documento a listagem contendo os novos Conselheiros Eleitos.

3. RESULTADOS

Participaram da 15ª Conferência Municipal de Saúde 41 pessoas inscritas como Delegados, 217 pessoas inscritas como observadores e 26 pessoas como convidados e autoridades, totalizando 284 participantes categorizados conforme dados apresentados na tabela a seguir.

Segmento	Usuário	Profissional de Saúde	Gestor	Prestador de Serviço
Delegados	15	17	03	06
Observadores	29	168	19	01

Ao todo, foram consolidadas 26 propostas votadas e deliberadas pela Plenária Geral, sendo destas 13 a serem encaminhadas à esfera municipal, 10 propostas a serem encaminhadas à esfera estadual e 03 a serem encaminhadas à Esfera Federal.

Do questionário “on line” disponibilizado a população, fora contabilizado a participação de 736 respondentes, estes autoidentificados como 395 usuários do SUS, 262 profissionais de Saúde, 17 prestadores de serviços do SUS e 17 gestores do SUS.

Quanto aos custos da 15ª Conferência Municipal de Saúde, na seção anexo se encontra exposto a prestação de contas elaborada pelos Tesoureiros da Comissão Organizadora.

3.1 DIRETRIZES PROPOSTAS NAS OFICINAS DISCUTIDAS E APROVADAS NA PLENÁRIA GERAL

Propostas a serem encaminhadas para a Esfera Municipal

- 1.** Fortalecer a participação da sociedade nos espaços de debate de discussão dos conselhos locais e municipais.
- 2.** Sistematizar ações entre a sociedade e os equipamentos de saúde e de assistência social, visando a integralidade da saúde no sentido da promoção dos vínculos familiares e vulnerabilidades sociais que impactam a saúde.

3. Fortalecer as ações de educação em saúde para prevenção e promoção da saúde a todas as faixas etárias, com divulgação dos resultados das ações e serviços do SUS municipal.
4. Implantar plano de carreira específico para os servidores municipais de saúde, com a participação de servidores na revisão do plano de cargos, carreira e salários, assim como implantação do auxílio-alimentação e auxílio-transporte, incentivo de desempenho, estabelecendo requisitos como produtividade, tempo de casa, especialização, perfil.
5. Investir em cursos e capacitações, assim como promover o processo de integração dos novos servidores públicos e prestadores de serviços.
6. Implantação de um programa de cuidados voltados a saúde do servidor público.
7. Reforçar a atenção básica, deixando um médico de suporte para o acolhimento sem atender programas, visando melhorar o atendimento a possíveis urgências.
8. Remanejar os profissionais médicos, fonoaudiólogo, enfermeiros e dentistas especializados do município para direcionar os tratamentos.
9. Aumentar o quantitativo de servidores nos equipamentos de saúde.
10. Alteração do critério para autorização de exames de alto custo, como por exemplo pacientes em áreas sem endereço oficial.
11. Ampliação do Programa Saúde em Casa, promovendo o atendimento domiciliar a pacientes impossibilitados de locomoção até uma Unidade Básica de Saúde.
12. Ampliação de equipamentos assistenciais de saúde no município.
13. Implantar e operacionalizar matriciamento e telemedicina no município visando diminuir a fila de espera das especialidades.

Propostas a serem encaminhadas para a Esfera Estadual

1. Ampliação dos Serviços de Atenção Especializada e de Referência em Doenças Raras no Sistema Único de Saúde, de maneira a ser promovido o atendimento integral e multidisciplinar para o cuidado das pessoas com doenças raras.
2. Ampliação da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência - PCD, com especialidades clínicas e múltiplas terapias.

3. Implantação do Centro Especializado de Reabilitação Regional no município, contemplando serviço de fisioterapia e distribuição de próteses e órteses.
4. Implantação do Ambulatório de Feridas no município de Colombo, ofertando o serviço de curativos especiais e contemplando o serviço de Estomaterapia - feridas, estomas e incontinências.
5. Ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), fomentando junto ao Estado a implantação de Centro de Atenção Psicossocial CAPS III e Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil CAPS i.
6. Ampliação da Rede de Atenção à Saúde dos Idosos.
7. Ampliação dos serviços de urgência odontológica, fomentando junto ao Estado a implantação de Pronto Atendimento Odontológico 24 horas Regional no município.
8. Criar financiamento específico para ampliar a oferta de saúde especializada.
9. Adequação dos equipamentos municipais de saúde, com melhoria na estrutura física, equipamentos, materiais e acessibilidade, fomentando junto ao Estado e União a concessão de recursos financeiros.
10. Fomentar a participação social municipal junto ao Estado para implantação e ampliação dos serviços que subsidiam a saúde mental infantojuvenil e adulto, o atendimento de emergência e urgência infantil, o atendimento odontológico 24 horas, e o controle de zoonoses.

Propostas a serem encaminhadas para a Esfera Federal

1. Promover reajuste da tabela SUS, vinculando a tabela SUS a um índice de correção anual, diminuindo a defasagem dos valores pagos, ampliando o interesse dos prestadores de serviços especializados.
2. Ampliar os serviços de especialidades ofertados à população através de parcerias público-privadas.
3. Reimplantação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, com a finalidade de ser garantido o “apoio matricial” técnico-pedagógico complementar ao processo de trabalho das equipes de Estratégia Saúde da Família, estas

consideradas como “equipes de referência” da Atenção Primária a Saúde – APS, assim como suporte assistencial de ação clínica específica aos usuários, mediante a atuação de equipes compostas por multiprofissionais de diferentes áreas de conhecimento, promovendo uma intervenção interdisciplinar através do atendimento compartilhado e responsabilidades mútuas, mediante estudo e discussão de casos e situações, projetos terapêuticos, orientações e atendimento conjunto, com troca de saberes gerando experiência para ambos os profissionais envolvidos, desta forma aprimorando a resolutividade, a territorialização, a regionalização e a ampliação das ações da Atenção Primária em Saúde, como consequentemente do atendimento à Política Nacional de Atenção Básica, Política Nacional de Promoção da Saúde, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, Política Nacional da Saúde Mental, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Política Nacional de Assistência Farmacêutica, Política Nacional de Assistência Social, Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, e Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

O tema central da 15ª Conferência Municipal de Saúde é de grande relevância na atualidade, visto que traz implicações em todas as esferas do SUS. O Conselho Nacional de Saúde (2022), em seu documento orientador, reafirma as proposições e reivindicações aprovadas na 16ª Conferência Nacional de Saúde e enfatiza os desafios para a saúde e para as políticas públicas.

Como reafirmação do conjunto das propostas aprovadas na 16ª CNS, estas em torno da democracia e saúde e do fortalecimento e financiamento adequados do SUS, são citadas:

1. Garantir a democracia e saúde como direitos de cidadania, imprescindíveis à qualidade de vida, liberdade de expressão e participação, ao lado dos demais direitos sociais para consolidar e fortalecer o SUS como política pública.
2. Fortalecer caráter público do SUS, com equidade, universalidade e integralidade para assegurar resolutividade da atenção à saúde, estruturada de forma regionalizada, descentralizada e hierarquizada, com a participação popular.
3. Assegurar o direito constitucional da Seguridade Social e o financiamento adequado, transparente e suficiente, com sustentabilidade orçamentária do SUS.
4. Garantir a participação da comunidade, com efetivo controle social, especialmente o fortalecimento e aperfeiçoamento dos conselhos de saúde, de modo a garantir a transparência, a lisura e integridade na gestão pública e melhorar a relação entre a sociedade e os gestores, respeitando seu caráter deliberativo.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde (2022), a luta contra a desigualdade social são imperativas para a superação da contradição estrutural existente no país, tendo o Estado a responsabilidade de implementar políticas públicas que garantam qualidade de vida social, cultural, educacional, econômica, sanitária, civil e política a todas as pessoas, sem privilégios ou discriminações, propondo leis que garantam

justiça à toda a população. Dentre os desafios específicos à Saúde, são mencionados:

1. A resolutividade da atenção básica, capaz de ordenar o cuidado nas diferentes redes de atenção, compatível com as necessidades da população em cada território, com o acesso ampliado das famílias às ações de prevenção, promoção e resolução dos problemas mais frequentes, com garantia de horários suficientes e períodos distintos para cuidados ambulatoriais nas UBS.
2. Os pontos de atenção da saúde pública, sejam ações, serviços ou redes de atenção, devem ser estratégicos e dinamizadores do SUS em nossas vidas, como loco de promoção, educação libertadora, prevenção e recuperação da saúde buscando a cobertura de 100% do território nos municípios menores, por meio da Estratégia de Saúde da Família, e, nas grandes e médias cidades, a priorização da cobertura das regiões de maior vulnerabilização social.
3. A ausência de estratégias para a implementação efetiva da Política Nacional de Vigilância em Saúde, devendo as ações preventivas serem prioritárias, fortalecendo as ações de vigilância em saúde bem como da Política Nacional de Saúde do Trabalhador alinhada com demais políticas públicas, no âmbito do SUS.
4. A fragilização do Programa Nacional de Imunizações (PNI), reconhecido até então como modelo mundial, reduzindo os indicadores de vacinação e expondo a população brasileira a uma ainda maior carga de doenças e à volta de doenças já controladas.
5. A paralisação das linhas de cuidados para diversas populações com doenças raras, doenças crônicas e de patologias, principalmente das doenças negligenciadas que são consideradas endêmicas.
6. A falta de acesso a medicamentos e demais tratamentos no tempo adequado, impondo às pessoas impedimentos funcionais e a partir deles a deficiência.
7. A organização dos serviços e redes e a incorporação de tecnologias devem atender às necessidades de suporte às linhas do cuidado e devem estar articuladas com as ações de promoção da saúde, de assistência aos usuários e de acesso a medicamentos, no âmbito da atenção básica como porta de acesso ao sistema de saúde.

8. As universidades e instituições de ensino precisam entender-se como parte do SUS, assim como todos os pontos das redes de atenção precisam constituir-se em campos de aprendizagem prática.
9. O controle e a participação social também precisam constituir espaço para a aprendizagem na saúde, com a ampliação da regulação social da formação das profissões da saúde.
10. O fortalecimento do Controle Social, como um pilar estruturante do SUS, exigindo uma ampla participação da sociedade, numa articulação entre trabalhadores, usuários e gestores comprometidos.
11. Valorizar os trabalhadores de saúde, com a implementação de políticas que garantam empregos protegidos e trabalhos justos com salários, jornadas e ambientes de trabalho dignos, saudáveis e seguros.
12. Valorizar os trabalhadores de saúde, com o investimento na carreira do SUS, no trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar, na educação permanente em saúde, no aperfeiçoamento, na especialização e na formação em saúde, em serviço e comunidade para garantir o vínculo entre a população, as equipes de saúde e o SUS.
13. O financiamento da atenção básica devendo ter como referência a população a ser atendida e as características dos territórios, sendo preciso retomar o financiamento de base universal para a atenção básica, definindo mecanismos de acompanhamento e qualificação.
14. A revogação da Emenda Constitucional nº 95, exigindo que a União aplique na saúde, no mínimo, 10% das suas receitas correntes brutas (RCB), ou seu equivalente na receita corrente líquida (RCL).
15. A incorporação de novos recursos para atender o direito constitucional à saúde com financiamento suficiente e adequado.

Ainda segundo o Conselho Nacional de Saúde (2022), o Sistema Único de Saúde (SUS) é considerado a maior política de inclusão social, evidenciado em sua importância na garantia do direito à saúde do Povo Brasileiro e no papel estratégico das políticas de saúde para a democracia e o desenvolvimento humano e social. O Brasil, em seu contexto histórico de extremos de desigualdades, é o único país do

mundo a se propor a um sistema nacional de saúde de acesso universal, integral e equânime, por meio da regionalização, descentralização e participação social.

A saúde como direito humano, previsto na Constituição, integrante da Seguridade Social e organizada por meio do SUS, nos remete a um Estado Democrático de Direito que oportuniza o acesso através de políticas públicas, voltadas às necessidades de saúde das pessoas com toda sua diversidade e pluralidade.

Defender o SUS significa defender ações e serviços de saúde para a totalidade da população brasileira. No mesmo documento orientador, é exposto que 71,5% dos brasileiros não figuram como contratante de qualquer plano privado de saúde, e dessa forma têm no sistema público de saúde sua única possibilidade para tratamentos, atendimento hospitalar, e outros serviços de saúde. Atender as mais diversas características regionais encontradas no país é um grande desafio para que a população em sua totalidade tenha garantido o acesso à serviços de saúde como direito social, considerando principalmente que a organização do SUS e a concretização de seus princípios e diretrizes repercute diretamente na condição de saúde das pessoas.

Para tanto, é fundamental a compreensão de que o sistema de saúde no Brasil é único, por seguir os mesmos princípios e diretrizes que precisam ser respeitados para garantir o seu caráter universal, integral, público e de acesso gratuito que atua na promoção, proteção e recuperação da saúde, a fim de superar os desafios a ele impostos e garantir sua gestão pública, democrática e participativa, focada nas necessidades de saúde do povo.

- UNIVERSALIDADE - Saúde é DIREITO de TODAS as pessoas.
- EQUIDADE - Respeito às diferenças e atenção à necessidade de cada pessoa.
- INTEGRALIDADE - Entendimento de que as pessoas são um todo (território, cultura, família), e a atenção deve ser da prevenção à reabilitação.
- DESCENTRALIZAÇÃO - Os três níveis de gestão são corresponsáveis, de forma cooperativa e de acordo com sua capacidade, pela atenção em saúde (município, estado e união).

- REGIONALIZAÇÃO - Forma de organizar o SUS com cooperação entre regiões, para atender todas as necessidades da população daquela localidade.

- HIERARQUIZAÇÃO - Organização do SUS que considera as Redes de Atenção que se interrelacionam, com a Atenção Básica como principal porta de entrada e coordenadora do cuidado.

- CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL - Princípio estruturante do SUS que considera que o povo deve participar ativamente nas decisões que envolvem a política pública de saúde.

Deve-se ressaltar que esta conjuntura de desafios discutidos em âmbito nacional também é vivenciada no âmbito municipal. Nesse contexto, na análise das propostas consolidadas na Conferência, é necessário considerar que:

1) A Declaração de Alma Ata (OMS, 1978) define a Atenção Primária à Saúde como sendo “a atenção de saúde essencial, baseada em métodos e tecnologia prática, científica e socialmente aceitável. É de acesso universal para indivíduos e famílias na comunidade. É a função e o foco central do sistema de saúde do país e do desenvolvimento social e econômico da comunidade.”

2) Conforme a Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) nº 07/2018, a pactuação de gestão do sistema municipal de saúde é definida como sendo Gestão Básica, de maneira que é da competência municipal o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde. Com efeito, o financiamento dos serviços que exigem mão de obra altamente especializada e maior densidade tecnológica estão sob responsabilidade de financiamento estadual e federal.

3) O Plano Municipal de Saúde 2022-2025 aponta a visão de o Sistema de Saúde Municipal ser um sistema de saúde integrado, resolutivo, organizado e de referência em Atenção Primária à Saúde.

4) O Ministério da Saúde enfatiza a importância do fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), tendo-se a Estratégia Saúde da Família - ESF como estratégia prioritária (Portaria GM nº 2.436/2017, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica) para a consolidação e fortalecimento da APS no sistema de saúde brasileiro.

Com a aplicação do Questionário “*on line*” antecedendo a 15ª Conferência Municipal de Saúde, foi cumprido o objetivo de promover maior participação dos

usuários visando a descentralização do processo de planejamento do SUS. Entretanto, considerando o número total de participantes do Questionário e da Conferência, tais quantitativos correspondem respectivamente a apenas cerca de 0,29% e 0,11% da população estimada do município, desta forma permanecendo como desafio o fortalecimento da participação popular no processo de planejamento do SUS.

No que tange as respostas obtidas no Questionário, dentre as principais necessidades de ampliação ou fortalecimento de ações em saúde, a opção “Ampliação do número de consultas e exames especializados” esteve presente em 71,60% das respostas, seguida de 54,48% assinalando a “Ampliação da lista de medicamentos fornecidos nas farmácias municipais” e 42,12% registrando o “Ampliação da rede de prestadores de serviços de saúde”. Na mesma questão, dentre as opções relacionadas a indicação de necessidade de fortalecimento de ações em saúde, a opção mais indicada “Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde Mental” esteve presente em 23,91% das respostas, seguida de 14,27% “Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde Bucal” e 13,18% “Fortalecer o atendimento à pessoa com deficiência”.

Dentre as principais necessidades de implantação de serviços de saúde, a opção “Implantação de hospital no município” esteve presente em 65,35% das respostas, seguida de 53,67% assinalando a “Implantação de mais unidades de Pronto Atendimento para o atendimento de urgências e emergências no município”, 50,68% registrando a “Implantação de um atendimento de urgência e emergência Pediátrico bem como um Centro de Saúde Infantil” e 38,86% “Implantar atendimento odontológico de emergência”. Referente as principais necessidades para a continuidade e melhoria dos serviços de saúde já prestados, a opção “Ampliação do contingente de profissionais de saúde” esteve presente em 56,66% das respostas, seguida por “Melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos de saúde” em 47,69% das respostas, “Melhoria das condições de trabalho” em 45,11% das respostas e 44,57% “Aprimorar o financiamento das ações e serviços, com ampliação de recursos para saúde pública”.

Concernente as principais especialidades médicas consideradas necessárias em relação a saúde do respondente ou dos familiares, a opção “Cardiologia” esteve presente em 41,44% das respostas, seguida de 31,25% “Oftalmologia”,

“Psicologia” em 25,11% das respostas e 25,00% “Ginecologia/Obstétrica”. A “ampliação das equipes de Saúde mediante a contratação de mais médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos, agentes comunitários” esteve em 69,43% das respostas acerca das necessidades de serviços em saúde e infraestrutura, seguido em segundo lugar por “aumento da quantidade de consultas” em 56,79% das respostas e “ampliação das equipes de Saúde mediante a contratação de nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, educador físico, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta” em 55,03% das respostas.

Quanto às propostas consolidadas após discussão, votação e deliberação pela Plenária Geral da Conferência, os temas predominantes se referem a ampliação do acesso aos serviços de saúde. Destaca-se a alta frequência de propostas relativas aos serviços de média e alta complexidade, portanto não relacionadas à competência municipal, particularmente a oferta de consultas e exames especializados. Na percepção dos participantes, a melhoria das condições dos serviços e de trabalho, o investimento na captação e fixação de profissionais, o fortalecimento do plano de cargos e salários para a melhoria de piso salarial, as ações de educação permanente aos servidores, a melhoria da estrutura física dos serviços, o matriciamento e a telemedicina também resultarão em mudanças na qualidade da prestação de serviços de saúde ao usuário do SUS.

As propostas consolidadas pela Plenária Geral sinalizam que há necessidade do fortalecimento da Atenção Primária em Saúde municipal, mas também do suporte dos serviços de apoio e logísticos. Também se destaca o entendimento quanto a importância do esforço conjunto das demais esferas de governo, em suas respectivas competências de atuação, para a plena promoção, proteção e recuperação da saúde dos munícipes colombenses.

A capacidade resolutiva da APS, obtida através da captação e fixação de profissionais e do provimento de estrutura física adequada, está associada à garantia de acesso aos demais níveis de atenção e do suporte adequado dos serviços de apoio e serviços logísticos (KUSCHNIR, 2014), além de ter impacto positivo sobre indicadores de morbimortalidade (STARFIELD, 2002).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se compara os sistemas públicos e universais de saúde com os modelos de mercado, há uma série de evidências sobre a superioridade, em efetividade e eficiência, dos sistemas públicos e universais de saúde quando comparados com modelos de mercado. Nestes, há custos excessivos, desigualdade no cuidado, fragmentação de direitos, políticas de saúde focais e com acesso definido não por necessidades de saúde, mas por regras de previdência e capacidade de compra (CAMPOS, 2018).

Diante dos intensos desafios enfrentados pelo maior sistema de saúde pública do mundo, a prática do controle social e participação social mostram-se fundamentais no desenvolvimento e fortalecimento do SUS.

Como parte integrante no desafio de se reafirmar a Saúde como Direito, a 15ª Conferência Municipal de Saúde reuniu segmentos representativos da sociedade para debater a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação das políticas de saúde, orientando as diretrizes do Plano Plurianual e do Plano Municipal de Saúde a partir das necessidades de saúde.

Nesse contexto, acredita-se que, concluída a 15ª Conferência Municipal de Saúde de Colombo, foi atingido o objetivo de promover a contribuição social efetiva na construção e no fortalecimento do SUS. Entretanto, persiste o desafio de conseguir a ampliação da participação para um maior quantitativo de representantes usuários, profissionais de saúde e prestadores na gestão participativa.

Igualmente permanece o entendimento que o cumprimento do direito constitucional à saúde resulta do cuidado prestado em redes e serviços de saúde, mediante políticas econômicas e sociais que a promovam. Para tanto, faz-se necessário o financiamento suficiente, transparente e adequado, alinhado as demandas de saúde da população e com sustentabilidade orçamentária aos municípios.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70; 2011. 229 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Portaria nº 2.436/2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 8.080, de 19 Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 8.142, de 19 Setembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências**. Brasília, DF, 1990.

CAMPOS, W.S.C. **SUS: o que e como fazer?** Ciênc. saúde colet. 23 (6) Jun 2018

CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ. **Deliberação nº 07/2018: Aprova a adesão ao Pacto pela Saúde, através dos Termos de Compromisso de Gestão Municipal, dos municípios do Paraná**. COSEMS, Paraná, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Documento orientador de apoio aos debates da 17ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, DF, 2022.

KUSCHNIR, R. **Gestão de Redes de Atenção à Saúde – 1**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde: Declaração de Alma-Ata**, 1978. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO, Gabinete do Prefeito. **Decreto nº 007/2023. Convocação da 15ª Conferência Municipal de Saúde do Município de Colombo, com o Tema “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser Outro Dia.”** Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2.700, de 31/01/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO, Gabinete do Prefeito. **Portaria nº 028/2023. Nomeou a Comissão Organizadora da 15ª Conferência Municipal de Saúde, realizada nos dias 24 de março de 2023**. Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2.700, de 31/01/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLOMBO. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025**. Colombo, Paraná, 2021, 227 p.

STARFIELD, B. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. – Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

ANEXO I – CONSELHO ELEITO NA 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLOMBO PARA O PERÍODO 2023-2027

SEGMENTO USUÁRIOS		
CONSELHEIRO	ENTIDADE	CONDIÇÃO
CARLA MURAKAMI KUNIYOSHI	APAE	Titular
CRISTINA ASCHER REIS	APAE	Suplente
VALQUIRIA CLECY PLUCHEG	SISMUCOL	Titular
EMILIANA DE FÁTIMA MACHADO	SISMUCOL	Suplente
VANI GOMES RODRIGUES DA SILVA	UBM - União Brasileira de Mulheres	Titular
PATRÍCIA GIMENES RAMOS	CEDEA	Suplente
WAGNER SABINO	SIMEPAR	Titular
MARINALVA VIEIRA DE CARVALHO	SINDESC	Suplente
JOSNEY MARQUES DE OLIVIERA	ASSOCIAÇÃO VILA NOVA	Titular
BENEDITA MARIA DA SILVEIRA	ASSOCIAÇÃO VILA NOVA	Suplente
MARIA APARECIDA ANSELMO	Conselho Local de Saúde SEDE	Titular
CLEIA DO ROCIO PIRES DA SILVA	CEDEA	Suplente
BEATRIZ TEREZINHA RAMOS DE ALBURQUERQUE	Conselho Local de Saúde MONTE CASTELO	Titular
MELRI LUCIA FONTOURA LEAL	Conselho Local de Saúde SÃO GABRIEL	Suplente
SEGMENTO TRABALHADORES DE SAÚDE		
CONSELHEIRO	ENTIDADE	CONDIÇÃO
WILLIAN DA SILVA WOLFF	US SÃO DIMAS	Titular
SILVIA FERNANDES	CAPS AD	Suplente
CAMILA DAS NEVES BOTEGA NETTO	PNCD	Titular
MARIA DE SOUZA WOSCH	US ALEXANDRE NADOLNY	Suplente
LEANDRO TAVARES DA SILVA	US JARDIM FÁTIMA	Titular
ROSINEI DE CARVALHO LIMA	PA MARACANA	Suplente
JULIANA GALVÃO	US QUITANDINHA	Titular
FÁBIO MAKOTO OGATA	PA MARACANA	Suplente
SEGMENTO PRESTADORES DE SERVIÇO		
CONSELHEIRO	ENTIDADE	CONDIÇÃO
SABRINA NOGUEIRA TANAKA	HMAM	Titular
LUZIA ENEMARA FLORES	LABAN	Suplente
JAMILE GHAZAL	METROLAB	Titular
INGRID DOS SANTOS CORELLI	METROLAB	Suplente

SEGMENTO GESTORES		
CONSELHEIRO	ENTIDADE	CONDIÇÃO
DIOGO DO ARAGUAIA VASCONCELOS	Secretaria Municipal de Saúde	Titular
MARCOS MAGALDI JOHANSEN DE MOURA	Secretaria Municipal de Saúde	Suplente
ELIZANDRO FADANELLI	Secretaria Municipal de Saúde	Titular
DAIANE DE PAULO P. SILVA	Secretaria Municipal de Saúde	Suplente

ANEXO II – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE SAÚDE PRÉ 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Conforme dados apresentados nas tabelas a seguir, participaram do Questionário 736 respondentes, autoidentificados nos seguintes perfis: 395 usuários do SUS, 262 profissionais de Saúde, 17 prestadores de serviços do SUS e 17 gestores do SUS. O referido questionário se encontrou disponibilizado a população entre o período dos dias 09 a 23 de março de 2023, sendo possibilitada a promoção das respostas exclusivamente de maneira “on line”

Situação do Acesso aos Serviços de Saúde RESPOSTAS

1. Qualidade do Acolhimento/atendimento

Geral	Proporção
Adequado	44,16%
Ótimo	14,95%
Ruim	22,15%
Péssimo	12,77%
Não compareço em Unidade de Saúde do município	5,98%

2. Necessidades de serviços e infraestrutura

Geral	Proporção
Ampliação das equipes de Saúde mediante a contratação de mais médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos, agentes comunitários.	23,14%
Aumento da quantidade de consultas.	18,93%
Ampliação das equipes de Saúde mediante a contratação de nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, educador físico, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta.	18,34%
Reforma do espaço físico.	8,61%
Aumento do número de consultórios ou salas.	7,16%
Ampliação do horário de atendimento.	6,88%
Aprimoramento da segurança interna e externa na Unidade de Saúde.	5,66%
Ampliar a disponibilidade de vagas/veículos para o transporte dos pacientes a consultas e exames fora do município.	5,34%
Aumento do número de equipamentos como macas, cadeira de rodas, inaladores.	3,44%
Aumento do número de bancos e ampliação de toldos e coberturas.	2,49%

3. Melhoria da qualidade do trabalho prestado pelos profissionais de saúde do município

Geral	Proporção
Garantir condições adequadas de trabalho.	21,11%
Implantar o plano de cargos e salários específico dos servidores da saúde.	19,43%
Oferecer capacitação e educação continuada para todas as categorias de profissionais de saúde.	18,30%
Criar rede de apoio para prevenir o adoecimento físico e mental dos trabalhadores, assim como assistência e acompanhamento dos que já estão adoecidos.	17,12%
Implantação da carga horária de 30 horas para servidores da saúde municipal.	12,32%
Aprimoramento da segurança interna e externa na Unidade de Saúde.	6,39%
Flexibilização do horário de trabalho.	5,34%

4. Necessidades de ampliação ou fortalecimento dos serviços de saúde prestados

Geral	Proporção
Ampliação do número de consultas e exames especializados.	23,87%
Ampliação da lista de medicamentos fornecidos nas farmácias municipais.	18,16%
Ampliação da rede de prestadores de serviços de saúde.	14,04%
Expansão, adequação e manutenção da estrutura física dos equipamentos de saúde.	8,92%
Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde Mental.	7,97%
Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde Bucal.	4,76%
Fortalecer o atendimento à pessoa com deficiência.	4,39%
Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde da Criança.	3,99%
Fortalecer o programa Mãe Colombense para reduzir os riscos em saúde materna e infantil.	3,53%
Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde da Mulher.	2,54%
Fortalecer as ações com ênfase na prevenção de hipertensão e diabetes.	2,40%
Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde do Idoso.	1,68%
Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde Nutricional.	1,54%
Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde do Adolescente.	1,45%
Fortalecer as ações com ênfase na promoção da Saúde do Homem.	0,77%

5. Necessidades de Implantação de serviços de saúde

Geral	Proporção
Implantação de hospital no município.	21,78%
Implantação de mais unidades de Pronto Atendimento para o atendimento de urgências e emergências no município.	17,89%
Implantação de um atendimento de urgência e emergência Pediátrico bem como um Centro de Saúde Infantil.	16,89%
Implantar atendimento odontológico de emergência.	12,95%
Implantação do CAPS-i/Infantil Regional.	8,24%
Implantação de hospital regional de médio porte que atenda em conjunto a área metropolitana norte.	7,97%
Implantação de mais farmácias no município.	4,26%
Implantar Unidades de Saúde nas áreas rurais para melhorar a acessibilidade dos pacientes que moram nestas regiões.	3,85%
Acesso à aquisição de próteses e órteses.	3,40%
Implantar Unidade de Saúde mais próxima de seu local de residência.	2,76%

6. Necessidades de especialidades médicas

Geral	Proporção
Cardiologia	11,95%
Oftalmologia	9,01%
Psicologia	7,33%
Ginecologia/Obstétrica	7,21%
Neurologia	6,94%
Psiquiatria	6,62%
Endocrinologia	5,92%
Ortopedia	5,88%
Dermatologia	5,41%
Psicologia Infantil	5,09%
Vascular	4,43%
Pneumologia	4,00%
Psiquiatria Infantil	3,92%
Otorrinolaringologia	3,84%
Fonoaudiologia	3,45%
Urologia	2,63%
Nefrologia	2,43%
Hematologia	1,61%
Mastologia	1,53%

Proctologia	0,82%
-------------	-------

7. Necessidades para a continuidade e melhoria dos serviços de saúde já prestados

Geral	Proporção
Ampliação do contingente de profissionais de saúde	18,89%
Melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos de saúde	15,90%
Melhoria das condições de trabalho	15,04%
Aprimorar o financiamento das ações e serviços, com ampliação de recursos para saúde pública	14,86%
Instauração de melhores políticas públicas de saúde	12,73%
Participação Social mais efetiva no monitoramento, controle e cobranças	11,32%
Estabelecimento de programas de saúde mais estratégicos	11,28%

ANEXO III – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 15ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A presente prestação de Contas tem como base as Notas de Empenho emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Colombo, para dar suporte a realização da Assembleia dos Trabalhadores e à 15ª Conferência Municipal de Saúde.

EMPENHO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
2641/2023	100	Coffee Break Cardápio I - Assembleia dos Trabalhadores	R\$ 1.235,00
2638/2023	816	Água mineral em copo com 200 ml - 15ª Conferência Municipal de Saúde	R\$ 709,92
4918/2023	350	Fornecimento de alimentação - 15ª Conferência Municipal de Saúde	R\$ 19.999,00
5160/2023	1	Locação de tenda tipo chapéu de bruxa medindo 5x5 metros - 15ª Conferência Municipal de Saúde	R\$ 524,00
5160/2023	2	Locação de pavilhão medindo 10x20 metros em estrutura metálica duas águas - 15ª Conferência Municipal de Saúde	R\$ 7.598,00
5161/2023	100	Coffee break cardápio i - 15ª Conferência Municipal de Saúde	R\$ 1.235,00
5161/2023	200	Coffee break cardápio ii - 15ª Conferência Municipal de Saúde	R\$ 4.180,00
Custo Total da 15ª Conferência Municipal de Saúde			R\$ 35.480,92